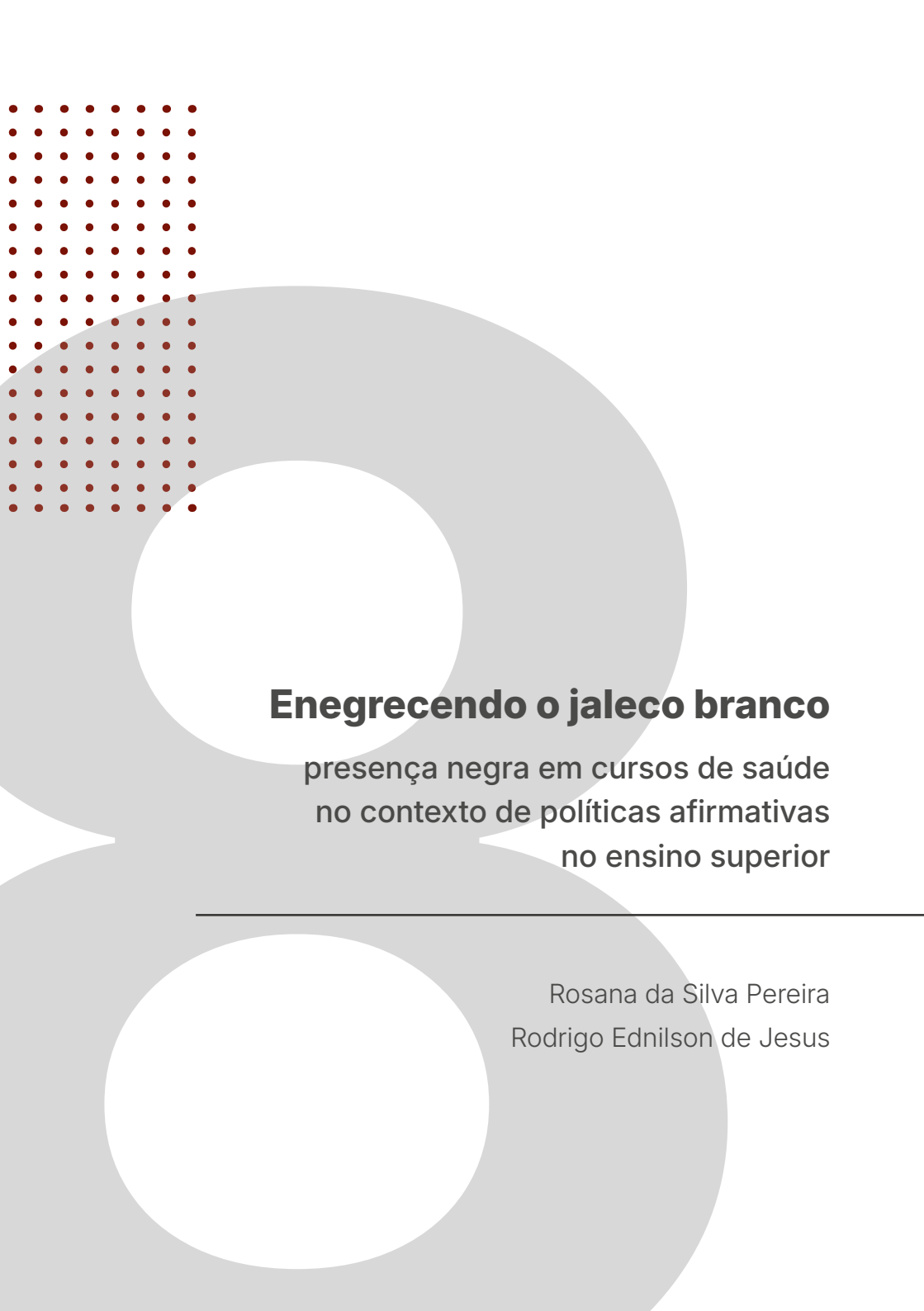




Enegrecendo o jaleco branco

presença negra em cursos de saúde
no contexto de políticas afirmativas
no ensino superior

Rosana da Silva Pereira
Rodrigo Ednilson de Jesus

Como citar este capítulo

Pereira, Rosana da Silva; Jesus, Rodrigo Ednilson de. Enegrecendo o jaleco branco: presença negra em cursos de saúde no contexto de políticas afirmativas no ensino superior. In: Reis, Juliana Batista dos; Jesus, Rodrigo Ednilson de; Gomes, Ana Maria Rabelo (org.). *Quando a diversidade reeduca as instituições e as práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora Selo FaE, 2024. p. 172-188.

8

Introdução

Muitos autores têm destacado que a promulgação da Primeira República e o avanço do capitalismo no século XX não significaram políticas de inclusão para a população negra em ocupações profissionais que os distanciassem da subalternização. Por outro lado, a branquitude, em interface com o colonialismo e a colonialidade, foi alvo de políticas de ações afirmativas, o que os possibilitou criar seu mundo majestoso, seus códigos, seus símbolos, ritos e profissões. Nesse período, foram forjados médicos brancos, enfermeiros brancos, advogados brancos, juízes brancos, professores universitários brancos e intelectuais brancos.¹ Assim, quando pensamos em qualquer uma dessas ocupações profissionais, são as imagens de pessoas brancas que emergem.

No presente artigo, partimos da constatação da histórica concentração de estudantes brancos na área da saúde e, conseqüentemente, da constatação da significativa relevância das políticas públicas educacionais no Ensino Superior para as mudanças nos perfis estudantis nessa área. Consideramos como fatores preponderantes, para a

1 Nota-se que as ocupações descritas se remetem aos homens brancos e tal escrita é proposital. Sabemos que, na pirâmide social, são eles que estão ocupando as primeiras posições e, mesmo que muitas transformações tenham sido realizadas, eles ainda estão nos espaços de poder.

ampliação da presença negra nos cursos de saúde, a interiorização do Ensino Superior aliada à promoção das políticas públicas de ações afirmativas.

As políticas públicas de ações afirmativas se diferem das políticas antidiscriminatórias e puramente punitivas, atuando no enfrentamento das desigualdades sociais em defesa das coletividades dos grupos discriminados e a favor da reparação social. Tal entendimento está atrelado à ideia de que as políticas de inclusão também são estratégias de reparação. Portanto, por meio das políticas públicas de ações afirmativas de acesso e permanência, a universidade cria possibilidades para estudantes negros, pobres, cotistas, oriundos de escolas públicas em instituições que se estabeleceram historicamente “das” e “para” as elites.

Referindo-se às políticas públicas de ações afirmativas como direitos coletivos, o intelectual Kabengele Munanga (2016) afirma que elas não se configuram apenas como uma questão exclusiva da população negra, mas também como uma problemática da sociedade brasileira: “[...] quem é brasileiro, quem é consciente, negro ou branco, deve lutar para transformar essa sociedade [...]” (Fernandes *et al.*, 2016, p. 40). O autor indaga, portanto, a responsabilidade de toda a sociedade nas lutas antirracistas.

Desse modo, a Lei nº 12.711/2012, as ações afirmativas de permanência material e simbólica e as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 formam um conjunto de políticas públicas de ações afirmativas que possibilitaram a democratização do ingresso das minorias sociais historicamente marginalizadas na educação brasileira, sendo possível compreendê-las como a razão pela qual o cenário acadêmico, ao longo dos últimos anos, tornou-se um campo diversificado. Entendido como parte de uma pesquisa qualitativa que utilizou análise de conteúdo para compreender as trajetórias negras nos cursos de saúde do Ensino Superior nordestino, no contexto de promoção de políticas afirmativas e interiorização, este artigo apresenta as percepções de seis pessoas negras egressas dos cursos de Medicina, Enfermagem e Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira sobre o acesso no Ensino Superior e sobre a presença negra na área da saúde.

Um breve panorama sobre a Medicina, a Psicologia e a Enfermagem e o Ensino Superior

*O Brasil é um imenso hospital.
Miguel Pereira*

A frase acima, proferida em 1916 pelo médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Miguel Pereira, tornou-se representante do movimento higienista/sanitarista que visava a propagar seus ideais no país e que atuou intensamente nos interiores dos estados (Lima; Hochman, 1996, p. 24). Nesse sentido, considera-se que as áreas da saúde — Medicina, Enfermagem e Psicologia — tornaram-se palcos para a demarcação da branquitude e da supremacia branca, ao longo do século XX.

A medicina no Brasil, a partir do século XIX, ganhou novos contornos vinculados ao eurocentrismo, ao positivismo e ao cientificismo. As elites médicas, formadas no período, conduziam inúmeras ações de reformas sociais (Marinho, 2014, p. 20). Ao mesmo tempo, a profissão médica se consolidava, entre o século XIX e XX, como espaço privilegiado de produção de verdades (Andrade Júnior, 2016, p. 5). Deve-se destacar que, de acordo com as discussões de Hustana Maria Vargas (2010) e Edmundo Coelho (1999), a medicina foi um dos primeiros cursos criados durante o período imperial, sendo, inclusive, chamada de profissão imperial. Ao longo dos séculos, a branquitude, que se confundia com o exercício da medicina e das demais profissões imperiais, continuou criando estratégias para manter sua dominação e para “não perder a majestade”. Essas eficazes estratégias se fazem sentir ainda hoje quando verificamos, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), que, apesar de 56% da população brasileira ser negra, apenas 28% dos estudantes egressos dos cursos de Medicina são negros (Scheffer, 2020).

Analisando o estudo intitulado *Demografia médica*, publicado em 2018, verificamos que a maioria dos graduados em Medicina se autodeclaram pessoas brancas que possuem renda familiar elevada. Segundo os dados de Mário Scheffer (2018, p. 65), a maioria dos médicos recém-graduados, além de brancos, são solteiros, sem filhos, dependem dos pais financeiramente na graduação e continuam vivendo com eles após a formatura. Em sua maioria, cursaram ensino médio privado, fizeram cursinhos pré-vestibulares e possuem pais com ensino superior.

Já no relatório sobre a *Demografia médica no Brasil*, publicado em 2020, os dados apresentados são referentes aos concluintes do ano de 2019. Dos concluintes, 61,1% se autodeclararam brancos, 24,3% se declaram pardos, 3,4% são pretos, amarelos correspondem a 2,5% e indígenas representam 0,3%. Um dado relevante apresentado no referido relatório diz respeito ao aumento no percentual de autodeclaração de negros, somados os pretos e pardos. Se, em 2013, as pessoas negras correspondiam a 23,6%, em 2016, elas correspondiam a 26,1% e, em 2019, a 27,7% do total, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Estudantes concluintes de Medicina segundo cor ou raça (Brasil)

Cor/Raça	2013	2016	2019
Branca	73,6%	68,2%	67,1%
Preta	2,3%	3,0%	3,4%
Parda	21,3%	23,1%	24,3%
Amarela	2,3%	2,7%	2,5%
Indígena	0,4%	0,2%	0,3%
NR	–	2,8%	2,4%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados do Enade 2013, 2016 e 2019 e Scheffer et al., 2020.

No contexto do curso de Psicologia, destacamos as análises da psicóloga Samilly Valadares (2022), conforme discutidas em sua entrevista para a *Revista Diálogos*. Ela aborda a conexão histórica entre a área do conhecimento e a profissionalização com profissionais brancos, apesar do surgimento de profissionais e intelectuais negros que, por meio de seus estudos e práticas, desempenham um papel significativo nas reflexões raciais dentro dessa esfera científica.

“

Hegemonicamente falando, a gente entende e muitas vezes reproduz a ideia de que a Psicologia foi escrita por mãos brancas. E manteve, sim, um compromisso com as elites e muitas vezes desconsiderando, naturalizaram vários fenômenos. Um deles, o racismo [...] Isso não significa que intelectuais pretos e pretas não estavam existindo, presentes, resistindo. Afinal, nós tínhamos e temos Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza que, mesmo não sendo uma psicóloga,

sua obra foi fundante para se pensar, por exemplo, os efeitos psicossociais do racismo na subjetividade de pessoas negras. A Isildinha Batista Nogueira, Maria Aparecida Silva Bento, Jesus Moura e tantas outras intelectuais negras e negros que tiveram e estão nos possibilitando compreender, por exemplo, as insuficiências metodológicas, estruturais, práticas do próprio fazer ciência e do próprio fazer psicologia (Valadares, 2022, p. 25).

No caso da enfermagem, embora não haja vasta discussão sobre a composição racial dos profissionais da área,² revelando uma espécie de ocultação historiográfica e de silenciamentos sobre as existências negras nesse campo profissional, ressaltamos que, desde o período colonial, mulheres e homens negros exerceram e seguem exercendo a profissão. Em sua dissertação *Ser enfermeiro negro na perspectiva da transculturalidade do cuidado*, Bárbara Barrionuevo Bonini (2010) dialoga sobre as dificuldades de admissão de pessoas negras na profissão:

“

Em relação à seleção dos candidatos à profissão, tínhamos uma experiência pautada no racismo e sexismo, na medida em que o modelo de formação/ensino impedia a inclusão de mulheres negras, e de homens de qualquer etnia, nos quadros discentes das escolas que adotavam o padrão proposto pela precursora da enfermagem moderna. Assim sendo, as escolas de enfermagem no Brasil que assumiam o modelo *nightingaleano* não admitiam mulheres negras e tampouco homens, esses brancos ou negros, na formação profissional, extra ou oficialmente instituída (Bonini, 2010, p. 17, grifo nosso).

A pesquisa *Perfil da enfermagem no Brasil*, publicada no ano de 2017, em parceria entre o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), evidencia que a maioria dos profissionais da enfermagem se autodeclara branca,

² Cabe ressaltar que é possível definir que a área possui participação massiva de mulheres, visto que, segundo o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), de acordo com os dados sobre o perfil profissional, 84,6% do quadro profissional é composto por mulheres. Historicamente, a enfermagem está diretamente vinculada à presença feminina, uma vez que as construções histórico-sociais direcionam o instituto materno à mulher, e dessa forma, também é delegado o cuidado com o outro (Passos, 2012, p. 18).

correspondendo a 57,9%, seguido de autodeclarados pardos, correspondendo a 31,3%, e de autodeclarados pretos, correspondendo a 6,6%. Somados os pardos e pretos há, portanto, 37,9% de autodeclarados negros. Os dados sobre enfermeiros indígenas, de acordo com a pesquisa, correspondem a 10 mil, isto é, representando 0,3% de profissionais indígenas. A seguir, a Tabela 2 congrega essas informações:

Tabela 2 – Enfermeiros segundo cor ou raça (Brasil)

Cor/Raça	Valor absoluto	%
Branca	240.153	31,3
Parda	129.701	57,9
Preta	27.500	6,6
Amarela	10.237	2,5
Indígena	1.171	0,3
NR	5.950	1,4
Total	414.712	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de dados da Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil, 2017.

Embora as representações sociais frequentemente associem a população negra a características desumanas, irracionais, negativas, feias, sujas, suspeitas e fisicamente resistentes, dificultando a visualização de membros desse grupo em profissões médicas, de Enfermagem e Psicologia, a história revela diversas trajetórias negras que rompem com o imaginário racial predominante. É crucial reconhecer que a história deste país é intrinsecamente ligada à luta negra, e é dessa luta contínua que jovens negros e negras podem encontrar inspiração para alimentar o sonho de se tornarem médicos, enfermeiros e psicólogos.

As percepções sobre políticas públicas de ações afirmativas e as presenças negras nos cursos de saúde

A escolha pela investigação qualitativa de trajetórias negras egressas da UFRB e da UNILAB se estabelece em decorrência dos seus projetos políticos. A UFRB está localizada no território do Recôncavo da Bahia e, segundo os dados da Secretaria de

Integração, Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SIADI/UFRB 2018-2019), 57,6% do corpo estudantil é composto por mulheres, das quais 86,5% possuem renda mensal per capita de até 1,5 salário-mínimo, 92,3% têm origem baiana e 73,2% cursaram escola pública durante o Ensino Médio. Os dados de perfil ainda evidenciam que 81,8% dos estudantes são autodeclarados negros. Já a UNILAB, *campus* Malê, está localizada nos territórios do Recôncavo da Bahia e no Maciço de Baturité, realizando um processo de integração entre o Brasil e os países lusófonos mediante a internacionalização da Educação Superior, e tem como objetivo fortalecer a Cooperação Sul-Sul.

Nesta pesquisa, apresentaremos as percepções das estudantes Maria Odília Teixeira, Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza, Virgínia Leone Bicudo, Carmem Pereira, Amílcar Cabral e Adja Satú Camara sobre as políticas de ações afirmativas e sobre suas presenças negras nos cursos de saúde dessas universidades.

Maria Odília Teixeira tem 29 anos e é nascida e criada em Santo Amaro da Purificação na Bahia. Cotista, é formada em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) e em Medicina, *Recôncavo Raiz*, como ela diz. É a primeira da família a ingressar no Ensino Superior e seu processo formativo durou aproximadamente 10 anos. É formada em Técnica em Eletromecânica pelo Centro de Educação Federal Tecnológica, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, *campus* Santo Amaro.

Carmem Pereira tem 27 anos, nasceu em Guiné-Bissau e cresceu no Sector Autónomo de Bissau, capital do país. Sua família possui tradição universitária, tendo formações em Agronomia, Relações Internacionais e Administração Pública, o que teve uma importância muito grande nas suas escolhas educacionais. É formada em Enfermagem pela UNILAB e, atualmente, é mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora na área de tecnologia e avaliação de condição Pré-Diabética.

Virgínia Bicudo é uma mulher negra de 25 anos e é nascida e criada em Cruz das Almas, na Bahia. É formada pelo Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) e em Psicologia pela UFRB. Atualmente, atua como psicóloga no município de Camaçari, Bahia. Sua permanência material e simbólica na universidade foi marcada também pelo seu tratamento de câncer. Em sua narrativa, Virgínia evidencia os

atravessamentos da doença em suas caminhadas na graduação. “Eu passei por uma situação complexa, foram dois cânceres e um transplante de medula que eu precisei fazer durante o meu curso”. Ao longo dos seis anos de curso, Virgínia Bicudo enfrentou quatro anos de tratamento.

Adja Satú Camara tem 26 anos e nasceu em Bula, uma cidade do interior da Guiné-Bissau. Filha de um professor da Educação Básica, tem seis irmãos e mais uma irmã que possui formação universitária. É formada em Enfermagem pela UNILAB desde 2021 e, atualmente, mora em Londrina, Paraná.

Neusa Santos Souza cresceu em Cruz das Almas, na Bahia. Tem 26 anos e é formada pelo Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) e em Psicologia pela UFRB. Nascida em São Paulo, mora há 15 anos em Cruz das Almas, já que seus familiares são residentes dessa cidade. Atualmente, ela é professora de educação socioemocional em uma escola particular de Cruz das Almas, além de atuar em uma clínica com abordagem cognitiva comportamental.

Amílcar Cabral tem 27 anos, nasceu e cresceu no Sector Autónomo da Guiné Bissau, na África, e vive há sete anos no Brasil. Amílcar foi a primeira pessoa da família a ingressar no Ensino Superior, tendo se formado em Enfermagem pela UNILAB e se tornado especialista em gestão hospitalar e em urgência e emergência. Atualmente, faz mestrado pelo Programa de Pós-Graduação de Educação e Saúde na Infância e Adolescência na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e é pesquisador no campo da violência na população transgênero e transexual. Também atua como professor de Enfermagem.

Início de trajetórias

Segundo Neusa Santos Souza, a escolha pelas cotas étnico-raciais foi uma forma de a população negra ocupar o espaço universitário e, dado o histórico de precarização da formação desse grupo racial, foi também uma estratégia de ampliar as perspectivas de vida.

“

Eu entrei pelas cotas, porque eu sempre estudei em escola pública, estudei em escola particular até a quarta série, que hoje em dia é o quinto ano, mas desde o sexto ano até o terceiro ano eu estudei no ensino público e por isso eu

não concorri pela ampla concorrência, porque realmente é um ensino muito precarizado que me afetou muito, porque eu queria muito concluir o curso, será que eu ia conseguir? Porque eu percebia conhecendo pessoas ao meu redor que eram da mesma série que eu e tinham outros conteúdos bem mais avançados que eu não tinha visto, eu até fiz um cursinho no terceiro ano, particular, meus pais pagaram um cursinho pra eu ter mais conhecimentos, mais chances de passar, mas foi bem desafiador (Neusa Santos Souza).

Carmem Pereira fala de suas percepções sobre as políticas públicas de ações afirmativas por meio da própria história do seu país. Enquanto mulher africana, ela compreende que o Brasil tem uma dívida histórica com seu povo e, na condição de uma mulher negra cotista na Pós-Graduação, ela aponta a importância da manutenção das cotas étnico-raciais no Ensino Superior brasileiro.

“

um pouco de história já nos diz que aqui no Brasil já houve Lei de Cotas, Cotas de Gado,³ então cotas para o pessoal do Sul, do fazendeiro lá em 1900 e bolinhas, então essas cotas nos incluem, o povo preto, ela é muito importante, eu no mestrado entrei pelo sistema de cotas, porque eu acho muito importante, e se a gente não utilizar, a gente pode correr o risco de perder porque, para conseguir, foi uma luta, foi preciso pessoas lutarem para isso acontecer, não é porque a gente não tem a capacidade de entrar na universidade, mas são as oportunidades que foram nos negadas e também se a gente for voltar 400 anos atrás. A gente não pode se comparar com um povo que já tinha a casa deles, os avós já tinham casas, já tinham trabalho, há 4 gerações deles já ganhavam o dinheiro deles, e nós não, isso tanto pra nós africanos na África também por causa da colonização, quanto para os pretos na diáspora, que no processo de colonização foram trazidos para cá, e todo aquele processo de escravidão, então olhando pra aquele

3 A Lei do Boi é a Lei Federal nº 5.465 de 3 de julho de 1968, a qual, como mencionado no texto, dispunha de reserva de vagas de 50% para agricultores e seus filhos que residiam na zona rural no ensino público federal. Proposta durante o Governo de Costa e Silva, foi a primeira política de cotas implementada nas universidades brasileiras, que atendia fazendeiros e seus filhos. Contudo, a lei foi revogada em 1985. Para mais informações: <https://www.geledes.org.br/lei-de-cotas-desinformacao-e-o-paralelo-historico/>.

contexto a importância das cotas nas nossas vidas pretas, diaspóricas ou não, porque também tem política nesse Sul Global que também inclui, tem as cotas nos PPGs, então olhando pra isso é muito importante né, eu sempre recomendo para as pessoas utilizem cotas, se tiver cotas, utilizem cotas. Porque assim, tem tanto discurso contra as cotas, que muitas vezes acabam se sentindo inferiores, achando que não “eu posso entrar aqui”, eu já vi meus colegas que juraram que poderiam entrar na universidade sem cotas, sim, entraram em primeiro lugar, mas eu já vi também pessoas que foram quase excluídas do processo porque não entraram pelas cotas. Eu sempre digo que quando tem cota entrar pela cota, porque cota é nosso direito, não é pedido de esmola, não é nada, porque em 1900 e bolinhas atrás teve cotas pro povo da agricultura e hoje eles estão como os maiores produtores da agropecuária porque tiveram essa ajuda lá atrás, e o povo preto bem recentemente que a gente tá conquistando, então é isso, é lutar pela permanência dessas políticas (Carmem Pereira.).

Amílcar Cabral entende que as políticas públicas de ações afirmativas no Ensino Superior brasileiro são imprescindíveis para a reparação histórica do país. Ele salienta que,

“Falando nessas políticas afirmativas eu acho de grande importância, eu acompanho alguns debates, o Brasil desde os primórdios é racista, o Brasil é racista de natureza, fato que não era pra ter acontecido porque o Brasil na sua construção é na base de estrangeiros, é na base das pessoas que foram forçadamente vindas dos seus países, servindo de mão de obra para o Brasil, o Brasil foi construído com base na mão de obra da população preta, ela foi escravizada, eu penso que devia ter menos preconceito e racismo no Brasil, mas pelo visto não é (Amílcar Cabral).

Além disso, ele evidencia as desigualdades sociais que impactam nas desigualdades de oportunidade na educação brasileira e no acesso aos cursos de prestígio social:

“Se você vê na história os cursos de enfermagem, medicina e direito, são cursos elitizados no Brasil só os filhos de pessoas ricas que conseguem estudar, mesmo sendo em universidade pública que era pra todo mundo, os filhos de pessoas

ricas que estudam lá, porque eles estudam lá? Porque o ensino brasileiro de base não é muito sólido, o que é sólido são as universidades, começando do ensino fundamental, ensino médio é fraco a participação, é fraco o investimento, as pessoas que são ricos, são as que estudam nas escolas privadas, tendo maior índice de aprendizado, então quando vão fazer o ENEM já tem visto maior conteúdo, mais matérias, de forma mais adequada e acabam ficando com a vaga em cursos de elites, e os pobres acabam ficando com outros cursos, então essas políticas afirmativas já permitiu que pessoas pobres possam estar nas universidades (Amílcar Cabral, grifo nosso).

Da mesma forma que Neusa Santos Souza chama atenção para os problemas de sua formação na Educação Básica, Amílcar Cabral também evidencia que a formação educacional brasileira possui muitos problemas vinculados às desigualdades sociais, o que reforçaria a necessidade de políticas públicas de ações afirmativas. Portanto, de um modo geral, as percepções das sujeitas da pesquisa sobre políticas de ações afirmativas reforçam a importância dessas políticas públicas para as trajetórias negras. Passados 10 anos desde a promulgação da Lei de Cotas e 20 anos das primeiras iniciativas de reserva de vagas, é possível identificar, por meio de estudos na área (Jesus, 2019), que o perfil estudantil universitário se modificou consideravelmente, bem como as percepções sobre as cotas. O amplo avanço das políticas públicas de ações afirmativas e o aumento expressivo de formaturas negras no Ensino Superior indicam o potencial transformador dessas políticas e ações.

Sobrevivendo “na saúde”

De acordo com Maria Odília Teixeira, a formação em Medicina na UFRB foi uma experiência de ampliação de possibilidades e a sua formação foi reconhecida durante a sua atuação profissional durante o estágio supervisionado obrigatório:

“

Falando da medicina tem muitos docentes que vem de uma formação tradicionalista e que cobra o dobro e o triplo, que gera um sofrimento muito maior para esses estudantes; às vezes eu conversava com outros colegas, inclusive no internato eu tive a possibilidade de estagiar em outros lugares e um deles era com outros internos em Salvador, no Roberto Santos, e a dedicação

entre o estudante da UFRB e os demais estudantes eram tão gritantes que todo mundo percebia, assim o coordenador da obstetrícia na época que fez o aceite da gente, ele falou como ele estava preocupado com o fato de estudantes do interior. Ele foi muito honesto em dizer, porque ele sabia que a gente não tinha o mesmo acesso às tecnologias, o mesmo acesso à estrutura que os estudantes da capital tem, ele falou o quanto ele foi bem surpreendido, ele chamava a gente de surpresa boa porque ele via o nível de dedicação, de comprometimento, de responsabilização que a gente tinha [...] (Maria Odília Teixeira).

Adja Satú compreende que a sua formação na Enfermagem foi atravessada pelas dinâmicas raciais e sociais do campo da saúde, o que amplificava as dificuldades de integração com a sua turma de graduação. Além disso, Adja Satú avaliava como negativas as condutas de docentes em relação à presença africana em sala de aula:

“ Na verdade, as pessoas que eu estudei, que eu conheci, nestes anos ao longo da universidade, tanto brancas como pretas, eu vou ser bem sincera, não dava nem pra perceber se eram brancos pobres, brancos que tinham alguma condição, de certa forma foram parar na UNILAB, e a gente tem na enfermagem pouca representatividade, porque nenhum dos nossos professores são negros, tem mais em áreas de sociais, humanidades, BHU, essas outras áreas. No nosso curso não tem, só tem pessoas que são realmente brancas. Aí, de certa forma, a gente percebia e era feito as vezes bem descaradamente na nossa cara assim, a gente não era tipo capaz de aprender, de fazer certas coisas igual os outros alunos brancos, tem professoras explicando, falando para turma, que simplesmente ignorava a nossa existência, nem olhava para cara. Eu lembro que no nosso penúltimo semestre tivemos uma professora que simplesmente se recusou a ir no estágio com o nosso grupo (Adja Satú, grifo nosso).

Virgínia Bicudo relata a presença massiva de pessoas brancas em seu curso de Psicologia, em sua turma e no próprio Centro de Ciências da Saúde:

“ Minha turma, tem muitas pessoas brancas na turma, são poucas pessoas negras, e, assim, eu considero o curso de psicologia um curso muito bom, claro que tem uma coisas que precisam melhorar em relação ao curso, mas eu acho que o

curso de psicologia na universidade, na UFRB especificamente em Santo Antônio de Jesus, é o curso que tem mais pessoas negras, visualmente falando, porque, quando você observa, você caminha dentro da universidade, você não vê muito, e aí você tem as dificuldades de que as pessoas não conseguem compreender a sua situação, *foi dentro da universidade que chega pra mim o tornar-se preta, foi o momento que eu me entendi, eu sabia que eu era negra, mas quando você de fato que é negro, você entende de fato os atravessamentos do racismo, aquelas coisas sutis de fato e dentro da universidade eu pude perceber algumas situações, porque tem gente que não consegue perceber esse detalhe que é importante* (Virgínia Bicudo, grifo nosso).

De acordo com Virgínia Bicudo, o tornar-se negro vivido no interior da universidade é atravessado por situações constrangedoras e sentimentos de inferioridade e violências. Ao refletir sobre essas vivências dentro da universidade, Adja Satú reflete que o racismo institucional que esteve presente em todas as suas experiências universitárias foi sempre potencializado pelo duplo processo de racismo: por ser negra e africana.

Para Maria Odília Teixeira, o racismo vivido por ela no ambiente acadêmico se materializava por meio de cobranças desproporcionais no ambiente universitário:

“mas porque nós somos cobrados em níveis absurdos, e isso gera sofrimento também, não é só romantizar também, eu acho que é uma faca de dois gumes, ao mesmo tempo que é muito potente você ter esse espaço enegrecido, quando você tenta fazer um processo de ressignificação junto com a síndrome de vira lata que acompanha vira um processo muito sofredor também, então eu acho que são duas coisas assim, a universidade precisa se ajustar para ser uma universidade tão negra como é (Maria Odília Teixeira).

José Jorge de Carvalho (2004) apresenta o conceito de racismo acadêmico para tentar explicar sobre como o *ethos* acadêmico permeia um conjunto de ações e práticas produtoras de desigualdades raciais e sociais. Esse termo compreende os conjuntos de manifestações conscientes ou não, que são explícitas e/ou veladas, e tem como consequência a hierarquização de grupos raciais no interior do ambiente

universitário, privilegiando o grupo racial branco. Grada Kilomba (2019), em *Memórias de uma plantação: episódios de racismo cotidiano*, também chama atenção para o racismo no ambiente universitário.

“o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz [...] De ambos os modos, somos capturadas/os em uma ordem violenta colonial. Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a (Kilomba, 2019, p. 50-51).

Então, mesmo considerando que a criação da UFRB e da UNILAB representam a materialização de dois projetos político-acadêmicos que visam à democratização do Ensino Superior e à promoção da diversidade, observamos que a presença de comportamentos excludentes em seu cotidiano ainda é um elemento presente nas narrativas das sujeitas da pesquisa e se tornam mecanismos institucionais de continuidade do racismo.

Considerações finais

A crescente presença de estudantes negros nos ambientes universitários, observada ao longo dos últimos anos, tem sido acompanhada do aumento progressivo de investigações focadas em suas experiências em ambientes, até hoje, majoritariamente brancos. Entre as muitas contribuições dessas investigações, podemos destacar a ênfase na existência e nas diferentes formas de sobrevivência e superação das dificuldades encontradas. Esses estudos não apenas evidenciam a presença da diferença nas salas de aula, nos corredores, nos centros acadêmicos etc., como também politizam as relações raciais existentes mesmo com a ausência desses corpos e de suas histórias. A recente presença desses estudantes denuncia, sobretudo, a presença coletiva de um grupo racial que se construiu como não racial, em uma evidente demonstração de como o poder é capaz de produzir um grupo racial como não racial e, assim, silenciar os debates sobre diversidade.

Por fim, deve-se evidenciar como as políticas públicas de ações afirmativas de acesso e permanência transformaram o Ensino Superior a partir do acesso de pessoas negras, indígenas e oriundas da camada popular. Nesse contexto, concomitantemente, houve a intensificação de pesquisas sobre as políticas afirmativas, estudos sobre raça, gênero, classe e sexualidade. Por meio dessa pesquisa, compreendemos que, mesmo com as dificuldades de permanência e de afiliação ao ambiente universitário e, de modo particular, no campo da saúde, as sujeitas da pesquisa compreendem que os projetos políticos da UFRB e da UNILAB tensionam, na impossibilidade de falarmos de rompimento, as lógicas da dominação do ser, do poder e do saber. Ao sonharem com outros destinos para si e para os seus, as sujeitas entrevistadas reconhecem suas potencialidades intelectuais e profissionais, ao mesmo tempo em que impactam os sonhos de quem ainda não chegou nesses espaços. Tais presenças não aumentam apenas a representação negra nas profissões de saúde, mas contribuem também para o fortalecimento dos debates sobre a importância da ocupação profissional na área da saúde e demais espaços de prestígio social por pessoas negras.

Referências

ANDRADE JÚNIOR, Miguel de Jesus. *A contribuição da medicina na construção do racismo científico no Brasil: um olhar sobre a Eugenia*. 2016. Monografia (Graduação em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

BONINI, Bárbara Barrionuevo. *Ser enfermeiro negro na perspectiva da transculturalidade*. 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2010.

CARVALHO, José Jorge de. Uma proposta de cotas para negros e índios na Universidade de Brasília. *O Público e o Privado*, n. 3, jan./jun., 2004.

COELHO, Edmundo. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; TELO, Florita Cuhanga António; CORDARO, Rosângela. A luta dos negros e das negras continua: entrevista com Kabengele Munanga. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 2, n. 2, jun./dez. 2016.

KILOMBA, Grada. *Memória da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil redescoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996.

MARINHO, Maria Gabriela. Arnaldo Vieira de Carvalho: um percurso pela formação intelectual e rede de sociabilidades (1880-1913). In: MARINHO, Maria Gabriela; MOTA, André. (Org.). *Medicina, saúde e história: textos escolhidos & outros ensaios*. Coleção medicina, saúde e história. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014. p. 11-31.

SCHEFFER, Mário et al. *Demografia médica no Brasil 2018*. São Paulo: FMUSP, CFM, Cremesp, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/DemografiaMedica2018.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SCHEFFER, Mário et al. *Demografia médica no Brasil 2020*. São Paulo: FMUSP, CFM, 2020. Disponível em: https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/DemografiaMedica2020_9DEZ.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

VALADARES, Samilly. Caminhos para o futuro. *Revista Diálogos, Psicologia: Ciência e Profissão*, ano 18, n. 13, out. 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/revista-dialogos-60anos-1801.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: “Profissões Imperiais” do Brasil. *Estudos de Sociologia*, v. 15, n. 28, p. 107-124, 2010.